



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL DA ASEAN /
FÓRUM DOS POVOS DA ASEAN 2016**

**Centro de Convenções de Díli
3 de agosto de 2016**



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Díli, Timor-Leste

Enquanto ouvia falar o Dr. Maydom e o Sr. Jerald Joseph lembrei-me de mim há trinta anos, quando estava daquele lado da sala a falar com o mesmo entusiasmo, e pensei “É um pouco estranho estar hoje deste lado a representar os pontos de vista de um Governo democraticamente eleito”.

Exmo. Sr. Presidente e Exmos. Srs. Copresidentes do Fórum dos Povos da ASEAN

Exmos. Membros do Governo

Exmos. Srs. Embaixadores

Distintos delegados e convidados

Senhoras e senhores,

É para mim um grande prazer ser convidado para partilhar a experiência de Timor-Leste perante esta augusta plateia, e é na verdade um grande privilégio para as Organizações da Sociedade Civil de Timor-Leste organizar a Conferência da Sociedade Civil da ASEAN / Fórum dos Povos da ASEAN. Como tal, gostaria de dar os parabéns à FONGTIL e a todas as Organizações da Sociedade Civil de Timor-Leste por organizarem esta conferência aqui em Díli. Quero também expressar a minha humilde gratidão para com todas as Organizações da Sociedade Civil da ASEAN, primeiro por escolherem realizar a conferência deste ano em Timor-Leste e, mais importante ainda, por o fazerem como sinal de solidariedade para com a determinação inabalável de Timor-Leste em fazer parte da família da ASEAN.

A todos aqueles os que vieram dos países da ASEAN, calorosas boas-vindas e um apreço sentido pelos dezasseis pontos consagrados na Declaração final da Conferência da Sociedade Civil da ASEAN / Fórum dos Povos da ASEAN 2016, emitida pelo Comité Regional de Orientação, e sobretudo pela vossa solidariedade renovada para com a nossa luta, ainda por concluir, relativa à restauração da nossa soberania marítima no Mar de Timor.

Tal como todos sabem, esta conferência precede a aceitação plena de Timor-Leste como membro da família da ASEAN. Faço, assim, votos sinceros de que o sucesso da mesma possa constituir mais uma confirmação em como Timor-Leste está pronto para ser membro de pleno direito da ASEAN e que possa ser uma prova viva de como o Governo e a Sociedade Civil cooperam em Timor-Leste para atingir objetivos nacionais.

Senhoras e senhores,

Aqui em Timor-Leste temos uma sociedade vibrante empenhada no processo de construção da nação e de construção do Estado. Isto pode ser visto através do papel que as organizações da sociedade civil desempenham na definição deste Estado-nação e no desenvolvimento socioeconómico do país, que vai desde o apoio até à intervenção direta e ativa no processo de prestação de serviços em setores importantes como a água e saneamento, a higiene, a agricultura, a educação e a saúde, entre outros.

Reconhecendo esta pujança, o Governo de Timor-Leste vem desde 2004 a definir políticas e o enquadramento jurídico para o registo e envolvimento de organizações da sociedade civil. Desde 2008 que vem, também, a prestar assistência financeira a algumas OSCs como forma de apoiar as suas atividades em prol das comunidades nos setores importantes que já referi.

Esta relação assenta na convicção genuína de que a sociedade civil é um parceiro importante do Governo durante o processo de construção da nação e construção do Estado em países como Timor-Leste, onde praticamente tudo – desde a formulação de políticas até à implementação, monitorização e avaliação dos seus resultados – teve de ser construído a partir do zero, com implicações importantes para a vivência diária de um povo que sofreu 500 anos de ocupação estrangeira. O facto de a nossa nacionalidade ter sido moldada e de a nossa soberania ter sido restaurada pelo ativismo da sociedade civil não nos dá margem para dúvidas sobre a importância vital da sociedade civil na definição do destino das nações.

Os princípios que regem este relacionamento são a transparência e a responsabilização a nível de ações e da aplicação de fundos. Se, por um lado, a sociedade civil exige ao Governo que seja responsável na prestação de serviços ao povo e que faça a gestão dos fundos de forma transparente, por outro lado também as organizações da sociedade civil são obrigadas a assumir uma quota-parte das responsabilidades no que diz respeito à prestação de serviços, sobretudo em comunidades remotas e de difícil acesso, e a ser responsáveis pelos fundos que lhes são disponibilizados através do orçamento do Estado, de parceiros de desenvolvimento ou por organizações filantrópicas, em nome das comunidades que é suposto servirem.

A aceitação da importância das organizações da sociedade civil no desenvolvimento socioeconómico do país faz também com que o Governo de Timor-Leste dê especial atenção à sua opinião relativamente a legislação e políticas públicas com impacto sobre os cidadãos. O ciclo legislativo e de formulação de políticas envolve, na maior parte dos casos, consultas alargadas com organizações da sociedade civil. Como exemplo disto temos a preparação da Lei das Terras e da Lei sobre Expropriações, apresentadas ao Parlamento Nacional, que foram precedidas de consultas alargadas com a comunidade e com organizações da sociedade civil, ao que se seguiram audiências públicas organizadas pelo próprio Parlamento Nacional com diversos intervenientes, onde estas estão incluídas.

Vale a pena referir nesta altura que apesar do relacionamento próximo que existe entre o Governo e as organizações da sociedade civil, nunca o Governo esperaria, e muito menos o exigiria, que as organizações da sociedade civil deixassem de criticar o Governo. Timor-Leste não seria a sociedade aberta de que todos nos orgulhamos se não fosse esta abertura e tolerância à crítica que todos os Governos até aqui têm demonstrado.

Senhoras e senhores,

Aquando da tomada de posse do VI Governo Constitucional, o ano passado, apelei na qualidade de Chefe de Governo a uma parceria entre Governo e sociedade civil, com vista a

garantir eficiência e efetividade a nível da prestação de serviços por parte do Governo, através de um mecanismo chamado auditoria social.

Ainda que as auditorias sociais sejam implementadas de forma diferente em países diferentes, consoante as circunstâncias respetivas de cada país, o seu objetivo principal é garantir que os serviços públicos prestados pelos Governos aos seus cidadãos estejam em linha com os seus objetivos declarados.

Em Timor-Leste a auditoria social torna-se por um lado um espaço onde os cidadãos, como beneficiários finais dos serviços públicos, têm uma palavra a dizer sobre os serviços que lhes são prestados, e por outro lado um veículo através do qual as instituições governamentais são responsabilizadas e dão resposta às comunidades que servem. A parceria entre o Governo e as organizações da sociedade civil, representada pela FONGTIL, foi formalizada através de um Memorando de Entendimento, assinado em maio de 2015, o qual incide em quatro setores essenciais de prestação de serviços: Agricultura, Educação, Saúde e Infraestruturas Básicas.

Através da FONGTIL, as organizações da sociedade civil estabeleceram o seu próprio mecanismo para aplicar o memorando. Espero que alguns representantes falem mais tarde sobre este mecanismo.

O Governo estabeleceu uma Unidade de Auditoria Social dentro do Gabinete do Primeiro-Ministro. Esta unidade está encarregue de gerir as queixas recebidas da comunidade, quer diretamente ou através de organizações da sociedade civil, e de coordenar e monitorizar as respostas por parte das instituições governamentais competentes. Esta tarefa é facilitada por pontos focais de auditoria social nas linhas ministeriais relevantes, que trabalham dentro dos seus respetivos ministérios para garantir respostas institucionais adequadas às questões levantadas pela comunidade.

Por exemplo, quando um membro da comunidade ou uma organização se queixa da construção de uma infraestrutura pública, esta queixa será transmitida à Unidade de Auditoria Social, que por sua vez comunicará com o ponto focal do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para garantir que a queixa é atendida pelo ministro ou ministério que gere o projeto.

Apraz-me constatar que este trabalho contribuiu para diversas melhorias a nível de prestação de serviços. Entre junho e dezembro de 2015, a Unidade de Auditoria Social registou cerca de 18 queixas significativas da comunidade, tendo respondido a 17 delas. Durante a primeira metade de 2016, a Unidade de Auditoria recebeu um total de 42 queixas e conseguiu já resolver 32.

Senhoras e senhores,

Numa altura em que Timor-Leste avança para a segunda fase da implementação do seu Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, em que procura harmonizá-lo com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento

Sustentáveis e em que cada vez mais esforços são virados para a diversificação da economia do país, é extremamente importante que as organizações da sociedade civil continuem a ser o parceiro importante que o Governo que tem tido nestes últimos 14 anos.

Através da nossa experiência, temos vindo a apreciar o papel que a sociedade civil pode desempenhar na difícil jornada da construção da nação e da construção do Estado, bem como no desenvolvimento socioeconómico do país. A nossa experiência mostra também que o ativismo da sociedade civil nem sempre é ingénuo e que as críticas nem sempre são injuriosas, tal como alguns instituições governamentais tendem a crer.

Estando todos aqui reunidos para discutir questões pertinentes para a região da ASEAN e para os desafios comuns que enfrentamos enquanto comunidade e nações e Estados, faço votos que apreciem igualmente os desafios específicos que os Governos da região e do mundo enfrentam nas diferentes etapas de construção da nação, construção do Estado e desenvolvimento socioeconómico, bem como as escolhas difíceis que cada um precisa fazer para dar resposta às realidades duras dos seus países respetivos.

Tal como mostra o nosso humilde exemplo de Timor-Leste, para o envolvimento ser bem-sucedido é necessário que ambas as partes – sociedade civil e Governos – reconheçam e aceitem genuinamente o papel uma da outra no processo de construção da nação, construção do Estado e desenvolvimento socioeconómico. Espero que esta conferência sirva para iluminar ainda mais as parcerias importantes que a sociedade civil pode estabelecer com os Governos da região, em prol da região e dos seus povos.

Desejo a todos debates frutíferos e uma conferência plena de sucesso.

Obrigado mais uma vez pelo convite para estar aqui presente hoje. A todos os amigos que contribuíram para a independência deste país, sejam bem-vindos a casa e desfrutem, por favor, do que Timor-Leste conseguiu alcançar ao longo destes últimos 14 anos.

Díli, 3 de agosto de 2016
Dr. Rui Maria de Araújo